



FUNDAÇÃO
MASC

Possíveis caminhos para a descentralização em Moçambique

Fernando Luiz Abrucio

Natalia N. Fingermann

DESAFIOS DA DESCENTRALIZAÇÃO: PRINCIPAIS QUESTÕES

- AUTONOMIA POLÍTICA: CAPACIDADE ADMINISTRATIVA, FISCAL E PROCESSOS DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ
- EVITAR FRAGMENTAÇÃO POLÍTICA E DESIGUALDADES REGIONAIS
- FORTALECIMENTO DAS RELAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS: CULTURA DA PARCERIA E DA NEGOCIAÇÃO; ARENAS DE DIÁLOGO; PAPEL DO GOVERNO NACIONAL EM INDUZIR MELHORIAS DOS GOVERNOS LOCAIS, POR MEIO DE POLÍTICAS OU ÓRGÃOS DESCONCENTRADOS
- É PRECISO TER FLEXIBILIDADE NO DESENHO INSTITUCIONAL PARA RESOLVER PROBLEMAS POLÍTICO-TERRITORIAIS ESPECÍFICOS, TENDO UM PROJETO MAIOR E CAMINHOS PACTUADOS PARA CHEGAR NELE

Agenda para descentralizar e melhorar as relações intergovernamentais em Moçambique

- Descentralização hoje
- Estabelecimento de mecanismos de Intergovernabilidade
- Caminhos a Moçambique

Descentralização hoje

Avanços

1. Mudança na cultura centralizadora
2. Alternância de poder da elite do próprio partido
3. Lições em lidar com a participação cidadã e os serviços públicos
4. Necessidade de criar mecanismos intergovernamentais de negociação

Desafios

1. Legitimidade e Credibilidade dos Representantes das OLEs
2. Nível de Participação
3. Estrutura Fiscal e Tributária
4. Qualidade na Provisão dos Serviços Públicos

1. Legitimidade e Credibilidade das OLEs

- Escolha dos Governadores e administradores, com base nos vínculos pessoais e não local.
- Assembleia Provincial carece de poder de governança local (art.34)
- Sem independência financeira

Nome do Governador	Província Designada	Naturalidade
Arlindo da Costa Gonçalo Mazungane Chilundo	Niassa	Inhambane
Celmira Silva	Cabo Delgado	Beira
Victor Manuel Borges	Nampula	Tete
Abdul Razak Noormahomed	Zambézia	Maputo
Paulo Auade	Tete	Niassa
Alberto Ricardo Mondlane	Manica	Gaza
Maria Helena Taipo	Sofala	Nampula
Daniel Chapo *	Inhambane	Sofala
Stella da Graça Pinto Novo Zeca	Gaza	Manica
Raimundo Maico Diamba	Maputo	Cabo Delgado
Iolanda Maria Pedro Campos Cintura	Cidade de Maputo	Manica

* Nomeado em 2016, após exoneração de Agostinho Abacar Trinta

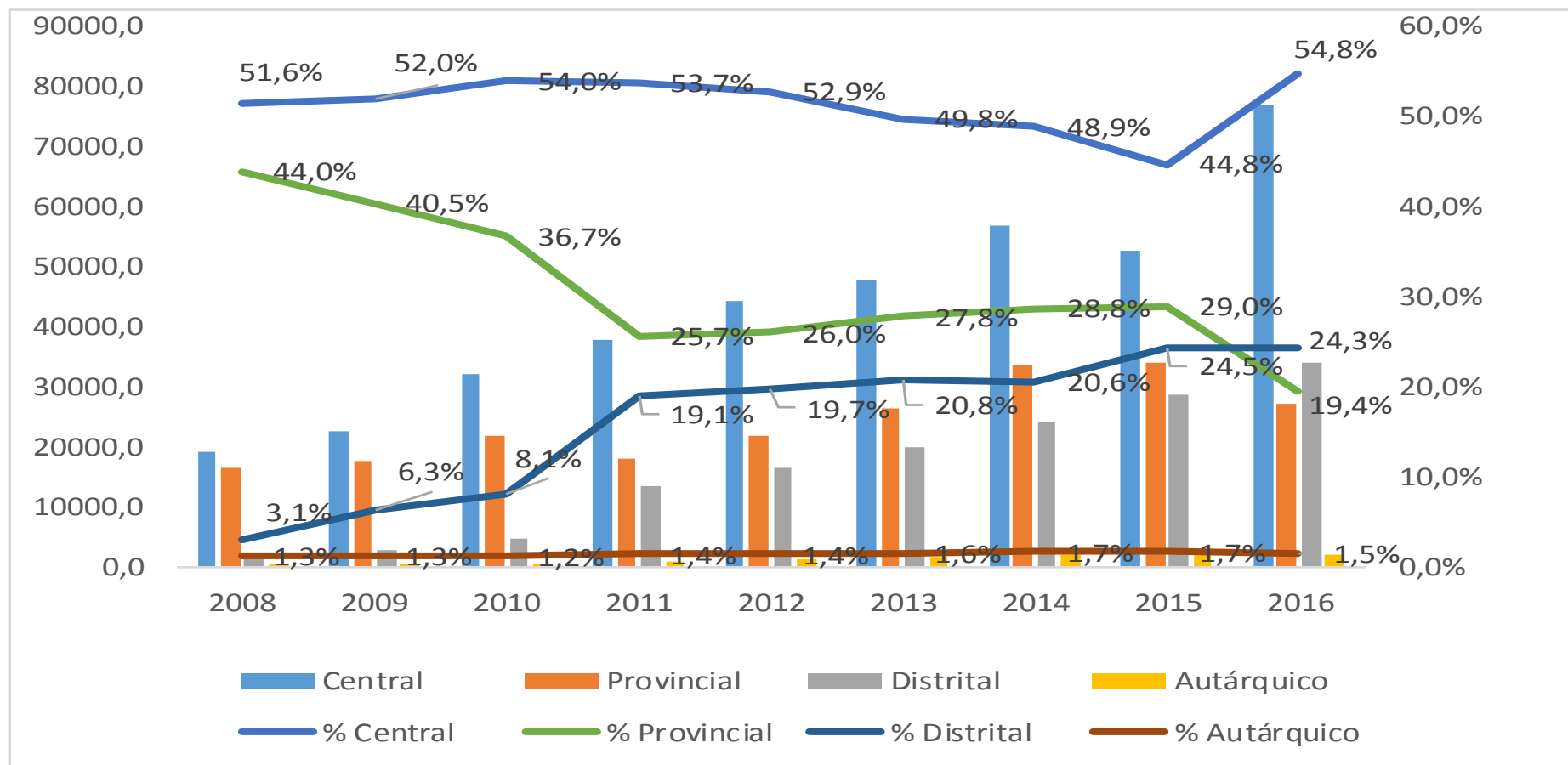
2. Nível de Participação

- Alta abstenção nas eleições gerais e autárquicas
 - Baixa credibilidade do processo eleitoral
 - Baixo nível de conscientização política
- Conselhos Consultivos
 - Baixa capacidade técnica
 - Carece de recursos financeiros
 - Cooptação das autoridades comunitárias
 - Não há instrumentos de responsabilização

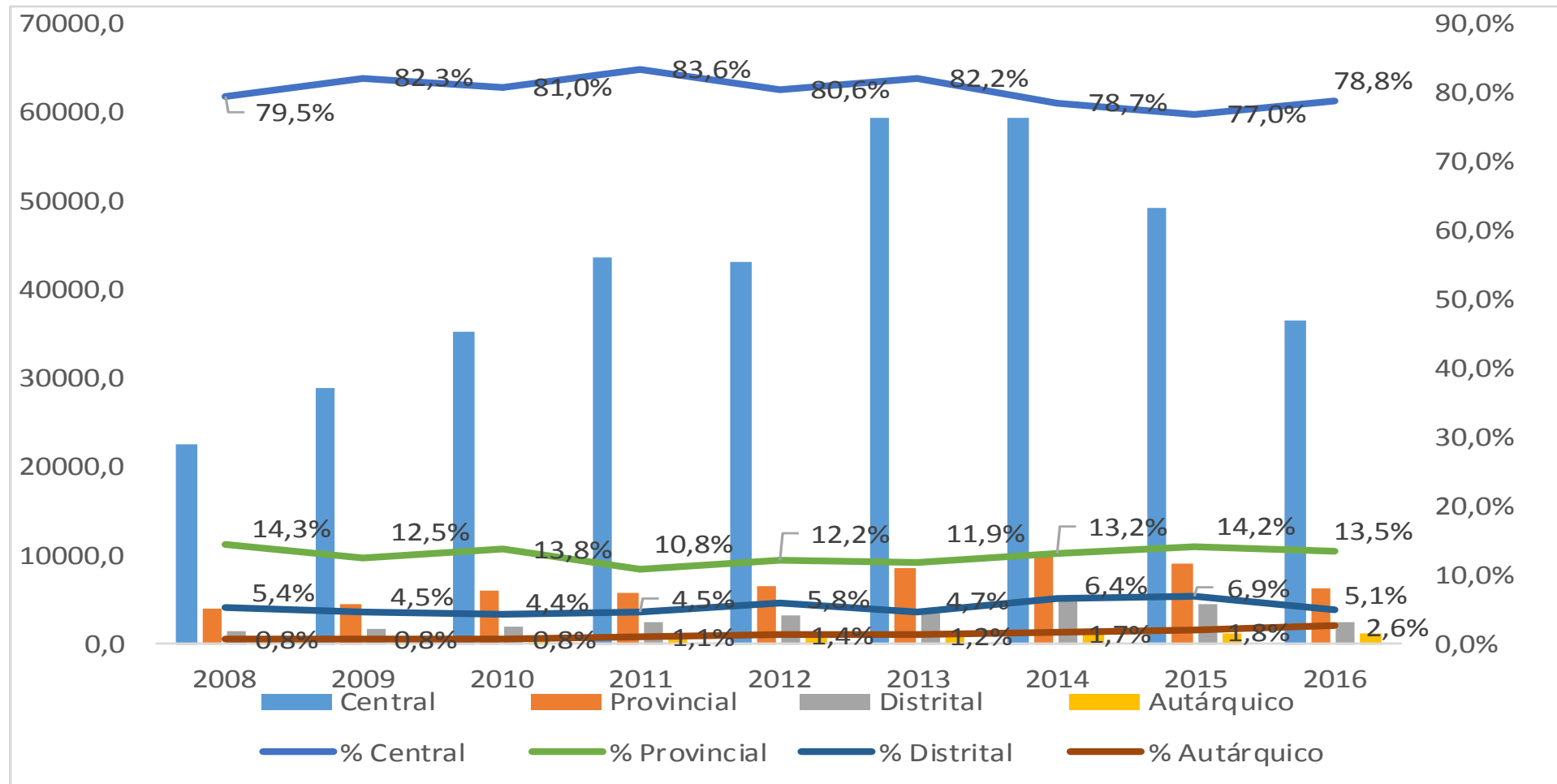
3. Estrutura Fiscal e Tributária

- Concentração das despesas de funcionamento e investimento na esfera central
- Desequilíbrio na distribuição *per capita* de recursos às províncias e distritos
- Escassa a transferência de recursos às autarquias
- Sistema Tributário Autárquico ineficiente devido à baixa capacidade estatal local de arrecadação e tributações regressivas relacionadas ao período colonial.

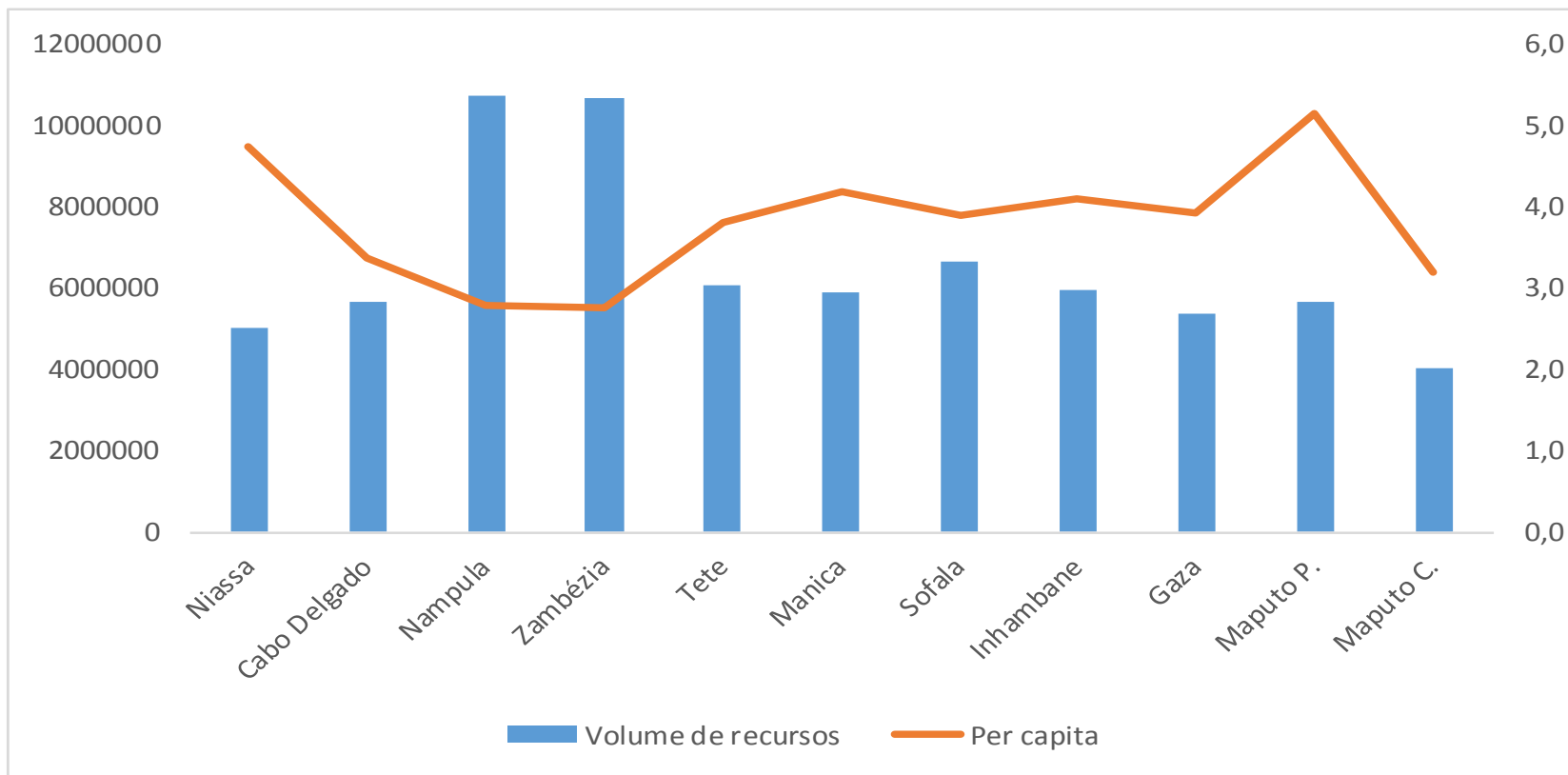
Evolução das despesas de funcionamento



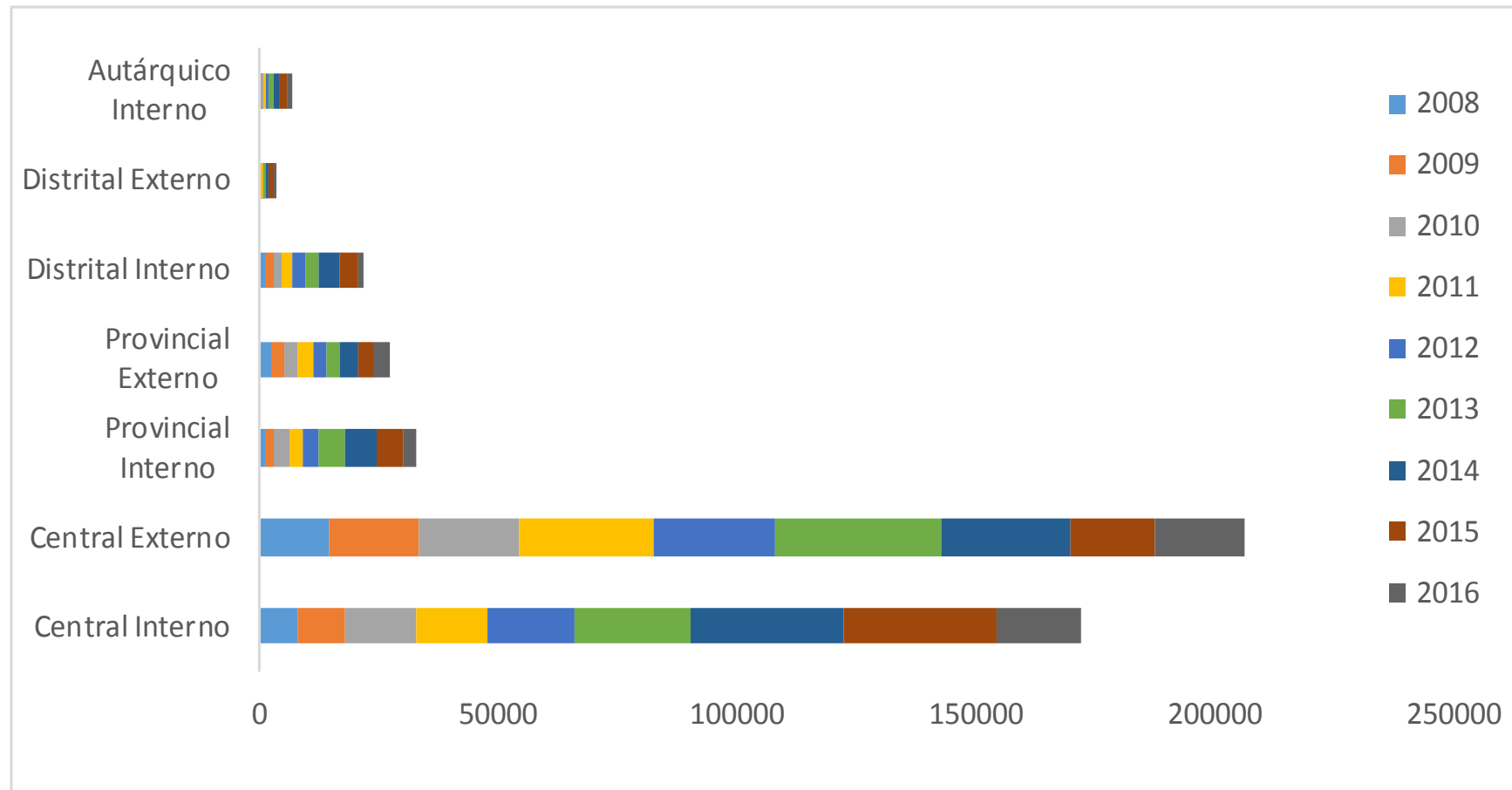
Evolução das despesas de investimentos (Milhões meticais)



Despesa total agregada e *per capita* por província em 2016



Evolução das despesas de investimentos do componente interno e externo (Milhões meticais)



4. Qualidade na provisão de serviços públicos

- Persistência de padrões patrimoniais de seleção e de ocupação de postos públicos nos governos subnacionais
- Baixa qualidade da burocracia local, em termos de capital humano e qualificação gerencial
- Existência de desequilíbrios na distribuição orçamentária *per capita* por região
- Dificuldades de arrecadação das autarquias, seja por problemas de cadastro e qualificação de pessoal, seja por falta de vontade política para taxar os entes privados
- Ausência de uma política de coordenação da esfera central com a esfera subnacional

Caminhos para a Descentralização

Apoio dos
doadores
internacionais

Apoio das
OSCs

Eixos Comuns:

- Questão da Unidade Nacional
- Arranjo Intergovernamental Cooperativo
- Novo pacto entre os atores

Caminho A

Caminho B

Caminho C

Democracia, Governança e *Accountability*

Capacidade Fiscal e Tributária

Capacidade Administrativa e Provisão de Serviços Públicos

REFORMAS BASE

- CRIAR UMA COMISSÃO INDEPENDENTE PARA AVALIAR A CRIAÇÃO DE GOVERNOS LOCAIS, DEFININDO CRITÉRIOS CLAROS E TRANSPARENTES
- CRIAR UM ÓRGÃO INDEPENDENTE PARA AJUDAR A ARTICULAÇÃO ENTRE OS ENTES TERRITORIAIS, POIS A COLABORAÇÃO ENTRE ELES É FUNDAMENTAL
- CRIAR UM PROGRAMA NACIONAL DE CAPACITAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA SUBNACIONAL.

Democracia, Governança e Accountability

1. Transformar os distritos em autarquias, realizando fusões quando necessário.

2. Transformar as Autoridades Tributárias Distritais em Autárquicas

3. Estabelecer prestação de conta pública da Autoridade Tributária Autárquica

4. Definir critérios de transferência de recursos de acordo com a capacidade autárquica

5. Estabelecer Tribunal eleitoral autárquico para monitorar e fortalecer as eleições locais

Capacidade Fiscal e Tributária

1. Estabelecer na ATM um Projeto de cadastramento nacional das terras e construções em Moçambique

2. Estender a Lei das Finanças aos Distritos

3. Criar Autoridades Tributárias Distritais e Serviços de Registos locais

4. CRIAR UM PROGRAMA NACIONAL para a capacitação técnica dos Distritos sobre manejo da arrecadação tributária

5. Ampliar e integrar os fundos de transferência aos distritos

Capacidade Administrativa e Provisão de Serviços públicos

1. Manter 3 esferas subnacionais, com a extinção de cargos em postos administrativos e localidades

2. Redefinir claramente as responsabilidades entre as 3 esferas : central, província e autarquia

3. Estabelecer critérios claros na distribuição dos recursos financeiros para a prestação de serviços por cada esfera subnacional

4. Estabelecer carreiras públicas e programa integrado para a seleção e contratação de servidores públicos

CONCLUSÕES

- É PRECISO CRIAR AS CONDIÇÕES PARA A DESCENTRALIZAÇÃO, TENDO UM PROJETO INCREMENTAL DE IMPLEMENTAÇÃO
- O INCREMENTALISMO SUPÕE UM PROJETO CLARO E PACTUADO SOBRE OS PASSOS QUE DEVERÃO SER TOMADOS NOS PRÓXIMOS ANOS, COM A PARTICIPAÇÃO DE VÁRIOS ATORES GOVERNAMENTAIS
- COM ESSE PROJETO, SE PODERÁ PROPOR UM CRONOGRAMA DE AÇÕES E REFORMAS PARA OS PRÓXIMOS ANOS
- A CRIAÇÃO DE MECANISMOS INTERGOVERNAMENTAIS QUE AUMENTEM A CONFIANÇA E A PARCERIA ENTRE OS ENTES É FUNDAMENTAL PARA O PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO

CONCLUSÕES

- REFORMAR A BUROCRACIA, ATACANDO O PATRIMONIALISMO E FORTALECENDO UM GESTÃO PÚBLICA PROFISSIONAL, E MELHORAR AS INSTITUIÇÕES ELEITORAIS, AUMENTANDO A PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS E A ACCOUNTABILITY, SÃO ESSENCIAIS PARA O PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO. A DESCENTRALIZAÇÃO TEM DE ESTAR CASADA COM A DEMOCRATIZAÇÃO E A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO PLANO LOCAL
- A DESCENTRALIZAÇÃO DEVE FAZER PARTE DE UM PROJETO NACIONAL, QUE FORTALEÇA O PAÍS, COMBATA AS DESIGUALDADES REGIONAIS E GARANTA A DIVERSIDADE DO POVO MOÇAMBICANO